

A PERTINÊNCIA SUBJETIVA NA CONSTRUÇÃO DA ESCRITA DA HISTÓRIA
SUBJECTIVE IN BUILDING THE CASE OF WRITING HISTORY

Hélio Barbosa Feliciano Alves*

RESUMO: Neste breve ensaio que nos propomos a desenvolver, trataremos de maneira bastante superficial, a forma pela qual se é possível representar o conhecimento histórico através da narrativa e até que ponto esta nos possibilita um real entendimento da coisa em si e sua afetabilidade pertinente à subjetividade do sujeito na construção mimética do signo sistematizado num código lingüístico de representação do real passado.

PALAVRAS-CHAVE: História, Escrita da História, Subjetividade.

ABSTRACT: In this brief essay we propose to develop, we will quite superficial, the way it is possible to represent the historical knowledge through narrative and to what extent this allows us a real understanding of the thing itself and its affects of subjectivity mimetic subject in the construction of a systematic sign language code representation of the real past.

KEY-WORDS: History, Writing History, Subjectivity.

Já em nossos primeiros passos diante desta aventura intelectual alerta-nos Hegel na introdução de sua “Fenomenologia do espírito” sobre a necessidade de compreendermos que o conhecimento que propomos como norteador de nosso tortuoso caminho, é o instrumento, um meio pelo qual podemos conceber um determinado fenômeno em seu tempo e espaço, sem que haja a pretenciosa e perigosa ousadia de transformar reles idéias e elocubrações em cânones, conceitos absolutos e verdades dadas.

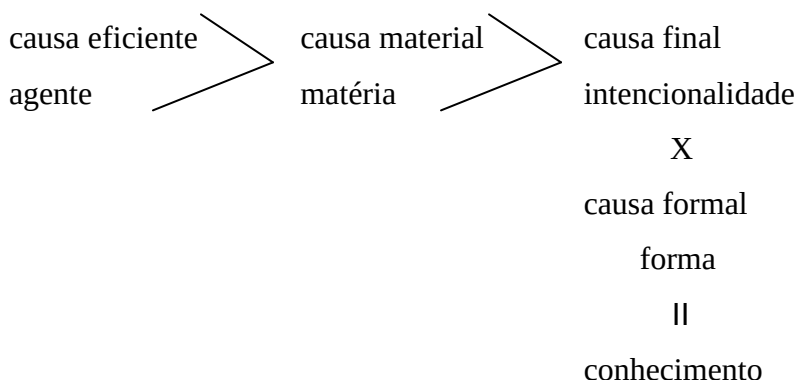
Para que possamos levar a diante nosso intento, falaremos num primeiro momento, de que forma sistematizamos, a partir de Ferdinand de Saussure, a língua, partindo da idéia de que esta enquanto instituição social se apresenta diante de uma estrutura sistemática e hierarquizada. Nesse sentido, diferenciamos e nunca opomos os conceitos de língua e linguagem, que em Saussure se apresenta como a faculdade humana de produzir língua e, portanto assistemática.

Nessa sistematização da língua, Roland Barthes e F. R. Ankersmit, observam a idéia de ciências humanas como o discurso do real, efeito alcançado pela racionalidade humana, garantindo assim traços de enunciação no enunciado. Dessa forma, a construção do discurso

* Especialista em História pela PUC-GO. Professor do Curso de História da UEG, Unidade de Jussara e da Rede Pública Estadual de Ensino. Contato: helio-bf@hotmail.com. Artigo recebido em: 15/04/2012. Aceito em: 21/06/2011.

nas ciências ditas humanas perpassa pela reelaboração de termos e conceitos mimeticamente construídos e acomodados segundo intencionalidade do próprio autor.

O conceito de mimeses aqui é pensado positivamente a partir de Aristóteles, como construção de uma dada realidade. Realidade essa seqüenciada por uma série causística representado aqui pelo esquema abaixo:



Essa nova forma de se pensar a história, aproximando já em meados do século XX, o discurso historiográfico e a literatura, marca significativas transformações ao que tange o conhecimento histórico. Esse período é marcado por novas abordagens da história, contestando inclusive, seu título de enunciadora da verdade, rompendo com paradigmas e trazendo o lume discussões entorno de aspectos como a literatura e a narrativa.

Hayden White define a história como forma de ficção, contestando o seu caráter científico, pois segundo o mesmo, os relatos narrativos não constituem apenas de afirmações factuais e argumentos, mas também de elementos retóricos e poéticos, assim uma lista de fatos é transformada em estória². Para o autor os historiadores valeriam das mesmas características tropológicas das narrativas: metáfora, metonímia, ironia e sinédoque para construir o discurso histórico. Nesse sentido, o que separaria o romancista ou um poeta de um historiador é que a narrativa romancista inventa os fatos enquanto o historiador os acha nas crônicas e materiais de arquivo.

Paul Ricoeur se incumbirá de encontrar uma lógica sistemática nessa narrativa. Esse somente a concebe enquanto intriga. Para o autor um enunciado narrativo deve conter dois acontecimentos; um primeiro que seja almejado e um outro que forneça uma determinada descrição para que se conceba o primeiro. Nesse sentido, pode-se pensar a história enquanto uma narrativa controlada, norteadas por um sentido metodologicamente construído. A pergunta

que se faz, sem que haja neste trabalho a ambição de responde-la, é: a história perde seu postulado científico e portanto anunciadora da verdade?

² AULETE, Caldas. “Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa”. 2ª ed. Delta S. A.: Rio de Janeiro, 1964, p. 1620 → (...) conto popular, narrativa tradicional, causo.

Para que possamos, pretensiosamente, diga-se de passagem, arriscar um possível caminho que nos levaria à resposta desta pergunta, nos apoiamos na lingüística de Saussure, haja vista a apropriação do discurso estruturalista pelos indivíduos que concebem a linguagem como o problema na culminância de um trabalho de pesquisa. Essa apropriação proposta nessa pós-modernidade construída estaria, no entanto, na construção do signo de língua.

Antes de nos embrenharmos no espinhoso campo da construção do signo de língua, há necessidade de compreendermos um pouco mais sobre irrepreensivas aulas do curso de verão ministrado por Saussure na Universidade de Genebra nos primeiros anos do século XX. Dessa forma, nos apoiando em minha fala anterior, Saussure percebe língua enquanto um sistema e instituição social, pensada dentro de uma estrutura sistemática e hierarquizada.

Para Saussure o mundo é ontológico, pois dentro desta hierarquia proposta, o pensamento antecede a fala. Este é concebido como uma faculdade humana *a priori*, anterior, também à linguagem. Dessa maneira o pensamento ganha forma a partir da língua que necessariamente é uma instituição aprendida.

Se aponhando no conceito de sistema proposto por Lock, que se apresenta como um conjunto de regras que submete todos os indivíduos submetidos a seu universo, como partes que se integram e se completam em si mesmo, Saussure sinaliza para língua enquanto estruturadora e formadora dos elementos da linguagem. Esta enquanto manifestação do pensamento estruturado.

Neste ponto, para que se possa compreender melhor de que maneira Saussure percebe a construção do signo de língua faz-se necessário uma definição mais clara dos conceitos de linguagem, língua e fala. Nesta pesquisa entendemos a linguagem como abstração do pensamento, necessariamente ligada à idéia de língua enquanto a concretização do pensamento, língua esta materializada e instrumentalizada a partir da fala.

Diante do exposto Saussure, compreende que a língua é o reflexo do mundo pensado e estruturado, essa se apresenta como construção diacrônica e historicizada.

Neste ponto nos deparamos com o primeiro obstáculo encontrado em nosso tortuoso caminho. Se para Saussure a língua se apresenta como uma construção diacrônica, para lingüística pensada enquanto ciências, compreende-se a linguagem estruturada e

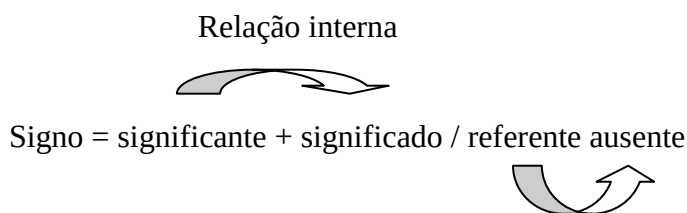
sistematizada de maneira sincrônica, isto é, apreende-se o momento e não sua evolução. Segundo Saussure:

O objeto da lingüística sincrônica geral é estabelecer os princípios fundamentais de todo o sistema idiossincrônico, os fatores constitutivos de todo estado de língua (...) A sincronia pertence tudo o que se chama “gramática geral”, pois é somente pelos estados de língua que se estabelecem as diferentes relações que incumbem à gramática. (SAUSSURE, 1972, p. 117)

Para os estruturalistas da segunda metade do século XX, aqui está o primeiro problema na construção do discurso histórico. Eles se apropriam da idéia de Saussure sobre a incapacidade humana de se pensar duas realidades distintas (diacronismo), caracterizando assim, o sincronismo da língua e impossibilitando uma apropriação total³, do fenômeno ou fato anunciado.

Dessa forma, passamos para uma segunda problemática estabelecida pela lingüística de Saussure. Para este, compreender a identidade das unidades lingüísticas é necessário compreender os elementos que se aproximam de sua verdadeira natureza. Neste ponto observa-se o nosso problema, pois o anunciador possui formas de compreensão diferentes do anunciatório.

Saussure, neste momento, estabelece uma relação de ausência do referente na construção do signo de língua. Dessa forma, para que o signo como formador de um código lingüístico sistêmico, possa se valer do poder de representação, se investe de uma relação interna entre significante e significado sendo o referente necessariamente ausente desta relação. Observe o esquema abaixo:



Dessa forma a compreensão de uma determinada produção narrativista se estabelece a partir da elaboração cognoscível do anunciatório diante da construção textual do anunciador.

Neste momento retornamos em Aristóteles e sua “Poética” e observemos o esquema anteriormente proposto por nós. Neste, as relações causísticas nos levam a uma dada realidade. Essa se estabelece a partir da interação entre o agente que materializa uma

determinada intencionalidade. Esta intencionalidade se confronta diretamente com a forma, externalizada pelo agente e desse confronto: nasce o conhecimento.

³ A – Conjunto de todas as características comuns a todos os indivíduos que pertencem a uma dada classe: Compreensão total. Pode-se também defini-la como o conjunto dos predicados e de todas as preposições verdadeiras que tenham como sujeito um termo dado.

Portanto, entendemos que Saussure e Aristóteles estabelecem em seus escritos uma mesma relação apontando para uma interação entre anunciador e sua intencionalidade, que se confronta com a maneira pela qual se representa uma determinada realidade. Em ambos os casos o fenômeno ou fato está submetido à causa formal pré-determinada pelo anunciador levando assim o anunciatório a criar sua própria forma de compreensão desta dada realidade.

É diante desta subjetividade criadora que apontamos uma breve leitura, que podemos chamar, até certo ponto, de pós-estrutural de Aristóteles. Aqui tentamos estreitar os laços da história e literatura, e para que não corra o risco de ser acusado de pós-moderno, seja lá o que for tal, alerto que posteriormente ficará clara a minha intencionalidade.

Em Aristóteles a narrativa se apresenta enquanto imitações das ações executantes e ocorrentes. Portanto, o *mithos* se apresenta em conformação com os atos ou a conexão de ações. A ação é o verossímil, aquilo que poderia acontecer e, portanto crível para aqueles que se apropriam desta (Doxa). E, desta crença plausível, nos remete a convenções sociais construídas, caracterizando um determinado realismo nas artes ou qualquer outra forma de expressão de uma dada realidade. Esta convenção ou código arbitrário nos remete à uma ilusão de referencial chamada por Roland Barthes em seu “Rumor da Língua” de “efeito do real”. Portanto, a narrativa reproduziria, seja ela qual for, um imaginário construído (doxa) e convicções espaço-temporais.

Desta leitura de Aristóteles nasce a supraposição da literatura (Em Aristóteles a poesia) em relação a história, pois o verossímil assume um caráter universal e o que de fato aconteceu, é o particular. É nesse processo de reprodução de um imaginário social e convicções espaço-temporais, observa-se apenas uma idéia mimética de uma realidade discursivamente estabelecida.

Pelas precedentes considerações se manifesta que não é ofício de poeta narrar o que aconteceu; e sim, o de representar o que poderia acontecer, quer dizer: o que é possível segundo a verossimilhança e a necessidade com efeito, não diferem o historiador e o poeta por escreverem verso ou prosa (pois bem que poderiam ser postos em versos as obras de Heródoto, e nem

por isso deixaria de ser história, se fossem em verso o que eram em prosa) _ diferem, sim, em que diz um as coisas que sucederam, e outro as que poderiam suceder. Por isso, a poesia é algo de mais filosófico e mais sério do que a história, pois refere aquela principalmente o universal, e esta o particular. Por se referir-se ao universal entendo eu atribuir a um indivíduo de determinada natureza pensamentos e ações, que, por liame de necessidade e verossimilhança, convém a tal natureza; e universal, assim entendido, visa a poesia, ainda que dê nomes às suas personagens; particular pelo contrário; e o que fez Alcebiades ou o que lhe aconteceu. (ARISTÓTELES, 1973, p. 451)

Neste caso, permite-se uma conotação positiva para o conceito de mimese na construção narrativista de um determinado discurso. Admite-se também, e com plena razão, a mesma conotação positiva do conceito de mimese em nossa contemporaneidade, para a construção discursiva ficcional na literatura, mesmo no romance histórico. Contudo, essa positividade do conceito de mimese, perde valor ao atravessar o impovoroso século XVIII e seu racionalismo e mais ainda as agitações do século XIX e seu cientificismo, século esse que serve como manjedoura que abriga o nascimento da história enquanto ciências.

Neste momento, a história deve se embuir de atributos explicativos que possibilite a explicitação de uma determinada realidade. Inicia-se uma incansável busca por um método que abarque toda esta pretensiosa missão. Passando pelo historicismo de Ranke e sua vinculação política no processo de formação dos estados nacionais, o positivismo Comtiano e o mérito das fontes oficiais, que, segundo aqueles que comungaram destes princípios, falavam por si, até o materialismo histórico e economicismo proposto por Karl Marx, muitos foram os métodos propostos, sem contudo, se chegar a um denominador comum. Entramos no vigoroso e conturbado século XX e, da corrente francesa dos *Annales*, surge a idéia de uma história totalizante. Desse período vociferam as primeiras vozes que apontam para uma crise dos paradigmas explicativos da história enquanto ciências. O alvo: a construção lingüística do discurso narrativo construído; a acusação: de um caráter mimético que condena seu discurso científico e anunciador da verdade.

Nesses idos das últimas décadas do século XX, o caráter mimético na construção do discurso historiográfico propriamente dito, assume uma conotação negativa, navegando contra um conceito de ciências herdado de Descarte e Galileu, que cobra pressupostos mais paupáveis e concretos do que os debates travados até então, pelas diversas correntes de interpretação histórica da realidade e suas ramificações. A subjetividade aqui, se apresenta como opositora do caráter científico atribuído à história e a diversidade de interpretação dos fatos, impede o conhecimento do mesmo em si, termo esse a muito abandonado pelas ciências humanas, pelas infindáveis abordagens do objeto.

Vários são os nomes que se preocuparam com essas questões epistemológicas, apontando, como já mencionei anteriormente, para uma crise dos paradigmas historiográficos, o que tornaria impossível de se abordar neste breve ensaio. Contudo, se faz necessário um breve comentário sobre os auspícios de alguns célebres nomes que entrelaçam a lingüística, narrativa, história e literatura em suas análises, sinalizando uma clara aproximação do discurso ficcional da literatura e o pretensão científicismo do discurso historiográfico.

Roland Barthes em seu “O Rumor da Língua” se apresenta, já nas décadas de 50 e 60 do século XX, como um dos principais nomes do estruturalismo francês que se caracteriza por sistemas que criam seus próprios elementos dando sentido a esses a partir de sua posição e função no todo.

Barthes traça uma aproximação do discurso histórico, pretensamente científico com o discurso ficcional sob a óptica da lingüística, a partir dos chamados *shifters* de linguagem. Esses seriam traços ou detalhes próprios do discurso proferido que denunciam um contexto específico e único. Os *shifters* são recursos de linguagem utilizados tanto pela narrativa ficcional quanto pela historiográfica.

Barthes enumera uma série de passos utilizados para a construção do discurso histórico através de signos enunciativos. O primeiro nos remete a um necessário aceleração temporal, gerando assim uma determinada negligência de importantes etapas desse escalonamento cronológico gerando lapsos temporais. Barthes ainda afirma que, quanto mais próximos do tempo histórico do enunciador “mais lentamente caminha a história”. (BARTHES, 2004). Um segundo *shifters* apontado pelo autor, nos remete aos historiadores clássicos que acabam por pautar o seu discurso dentro de uma linearidade factual, mesmo utilizando como recursos discursivos *flashbacks*, ou no termo do autor “história em ziguezague”. O historiador ainda faz uso de um terceiro recurso de linguagem que seria os antecedentes do próprio discurso como introduções e prefácios.

Além desses notórios recursos de linguagem utilizado pelos historiadores clássicos, observa-se também uma clara rejeição ou pronome eu, que para Barthes, nada mais seria do que uma tentativa de efeito de objetividade, também evidente nos romancistas realistas. A análise destes signos nos levam a compreensão do discurso enquanto enunciado. Nesse sentido, na tentativa de se criar um discurso de cunho científico procura-se anular os *shifters* do eu como forma geradora de uma ilusória objetividade. Segundo Roland Barthes:

Em nível de discurso, a objetividade – a carência dos signos do enunciante – aparece assim como uma forma particular de imaginário, o produto do que poderia chamar de ilusão referencial, visto que o historiador pretende deixar

o referente falar por si só. Essa ilusão não é exclusiva do discurso histórico: quantos romancistas – na época realista – imaginaram ser “objetivos” porque suprimem no discurso os signos do eu! A lingüística e a psicanálise conjugadas deixam-nos hoje muito mais lúcidos com relação a uma enunciação privativa: sabemos que as carências dos signos são também significantes. (BARTHES, 2004, p. 169)

Nesse ponto, Barthes assume uma premissa que aponta para a impossibilidade para o historiador, de se criar um enunciado ou discurso histórico totalizante. Em verdade, o discurso histórico proferido, perpassa pela construção sistemática do que Barthes chama de “unidades de conteúdo”, isto é, agrupamentos de signos, que também pode ser denominado “coleções” próprio do discurso histórico que seriam recorrentemente utilizados pelo historiador, de maneira a construir sua narrativa. São palavras propositalmente escolhidas que nos levam a um léxico, um sentido apropriado pelo autor, que em historiadores mais “modernos”, nos dizeres do autor, os léxicos dão lugar à temáticas também propositalmente escolhidas.

Para Barthes a distância temporal do enunciador em relação ao seu referente acaba por criar um discurso esquizofrênico, pois não está presente para assumir o enunciado. Para superar este problema, a escrita da história obedeceria a um código. Esse perpassaria pela utilização de “unidade de conteúdos” e recursos lingüísticos como metáfora, silogismo, que por sua imperfeição seria gerador da verossimilhança, além de “pontos cardeais” que indicariam rumos diferentes para o enredo.

Da mesma forma, se processa o discurso ficcional na literatura. O historiador, nesse caso, não fala pelo fato, antes sim, pelo discurso narrativo do fato. O real aqui, é inventado a partir da subjetividade da disposição de tais recursos lingüísticos no corpo do texto, havendo assim uma mistura entre as idéias de significado e referente, portanto, performativo e individual. É um fazer o real nascer a partir do discurso proferido, é o que Barthes denomina por “efeito do real”.

Neste caso, este real discursivamente construído, poderia performativamente, ser abordado a partir de outros prismas e interpretações, abre-se caminho para que o objeto seja visto e revisto. E se esse real é passível de reformulações e portanto, revogável, este então, não seria o real. Segundo Barthes:

Inversamente, a profanação das relíquias é de fato destruição do próprio real, a partir dessa intuição de que o real nunca é mais do que um sentido, revogável quando a história o exige e pede uma verdadeira subversão dos próprios fundamentos da civilização. (BARTHES, 2004, p. 179)

Dessa forma, a história só se tornaria acessível a partir do discurso, e esse por sua vez, obedeceria a uma ordem ou código que nortearia a escrita, como culminância de um projeto de pesquisa, tanto nas produções das ciências humanas, quanto no discurso ficcional da literatura.

Posterior a Roland Barthes, sem, contudo, se afastar da temática, observamos o americano Hayden White em sua “*Metahistory: The Historical Imagination in Nineteenth – Century Europe*”, obra que discute as possibilidades do discurso histórico, apoiando-se em conceitos da lingüística e da teoria literária. Essa ênfase dada por White, reside no argumento de que a história não é apenas um objeto que podemos estudar e nem o nosso estudo sobre esse objeto, mas antes sim, uma relação com o passado, que é estabelecida mediante um tipo de discurso escrito. Dessa forma, não dizer que algo é histórico simplesmente pelo fato de pertencer a um tempo outro faz com que o fenômeno se torne histórico à medida que são representados dentro de um discurso proferido.

No entender de Hayden White, dizer que entidades só se tornariam históricas mediante um tipo de escrita histórica, não significa dizer que essas aliadas a eventos do passado, jamais existiram. Não podemos afirmar subsequentemente, que tal premissa nos impediria de obter informações mais ou menos precisas a respeito do passado, apenas ratifica que a mera informação do passado não é histórica, bem como o conhecimento baseado nessas informações também não é histórico. Poderíamos muito bem lhe conferir a alcunha de necrófilas, parafraseando assim, a célebre frase de Michel de Certeau. Assim sendo, somente quando tais informações são submetidas a um discurso histórico, se imbuiriam de uma conotação valorativa qualificada por conhecimento histórico.

Para o autor, a narrativa é construída, portanto, mediante a existência de um enredo. Esse pode ser constituído de diferentes maneiras, dependendo do posicionamento do enunciador, pois este se impõe entre a coisa a ser representada e a sua representação. O anunciador se faz presente através de seus signos, construindo seu discurso mediante: impessoalidade, subjetividade e imparcialidade. Dessa forma, o referente pode ser representado a partir de uma infinidade de abordagens, garantindo assim, uma gama de possibilidades de figuração, onde nenhuma poderá ser excluída.

Com isso, White não nos direciona a abrimos mão do esforço de representar o objeto histórico realisticamente, antes sim, enquanto historiadores, devemos rever as representações realísticas, para que possamos interpretar os eventos de um tempo outro, a partir de experiências vividas em nossa contemporaneidade sem que haja um peso de consciência por

parte do historiador, superando modelos de explicação do passado de caráter totalizante, dogmático e fechado. Nos dizeres do White:

(...) a história (...) só é acessível por meio da linguagem; que nossa experiência da “história” é indissociável de nosso discurso sobre ela; que esse discurso tem que ser escrito antes de poder ser digerido como “história”, e que essa experiência, por conseguinte, pode ser tão válida quanto os diferentes tipos de discursos com que nos deparamos na própria história escrita. (WHITE, 2008, p. 116)

Por este mesmo caminho, F. R. Ankersmit em sua obra “*História y Tropologia, Ascenso y caída de la metáfora*”, trilha suas interpretações a cerca do discurso histórico. Ankersmit observa no confronto entre a filosofia natural, característica do iluminismo, e o advento do romantismo do início do século XIX, perpassados pela filosofia da história de Hegel, um certo grau simbiótico que possibilitará o surgimento da história enquanto ciências. Essa se apoiará na razão como forma de compreensão sócio-histórica de uma dada realidade, ao mesmo tempo que concebe uma separação epistemológica entre o indivíduo e a sociedade, postos em confronto pelos romanticismo do século XIX. A história assim, nasce do confronto entre estas duas correntes de interpretação da realidade. O afastamento do indivíduo de sua realidade sócio-histórica, racionalmente concebido, fez com que o passado se tornasse interessante, se convertendo num “enigma”, me apropriando do termo proposto por Ankersmit, e portanto, passível de se conhecer.

Neste ponto o autor identifica uma primeira problemática a respeito do discurso histórico, denominado por este de “*subjetividad inerradicable del historiador*” (2004) herdado do romantismo, na vã tentativa de responder a premissa kantiana da possibilidade de um conhecimento histórico distinto da realidade física. Nos dizeres de Ankersmit:

Sim embargo, como veremos mas delante, este enfoque epistemológico kantiano está mal dirigido, por lo que los problemas filosóficos que nos presenta la historiografia nunca se han resuelto de manera satisfactoria, aunque se hayan planteado numerosas sugerencias útiles a lo largo de siglo y medio. La inevitable verdad es que la historia no es una ciencia y que no produce conocimiento en el sentido de la palabra. (ANKERSMIT, 2004, p. 158-159)

A história enquanto ciência, se pautaria nas premissas da filosofia natural do iluminismo, de maneira a conceber uma realidade dogmática e submissa à regras gerais estabelecidas *a priori*, cabendo ao sujeito consciente e guiado pela razão, desvendar esse conjunto de regras. O conhecimento se tornaria possível diante deste paralelismo entre o sujeito consciente e o conjunto de regras que regem uma determinada realidade sócio-

histórica, ficando a cargo da epistemologia a difícil missão de conduzir às respostas esperadas, onde, para Ankersmit, em última instância, se tornaria política devido seu caráter mediador entre um indivíduo e outro, e desses com uma ordem social.

Nesse sentido o enunciador modela o referente ordenando dados e informações obtidas pelas pesquisas a partir de um certo grau de empatia. Essas fontes nos possibilitaria apenas “(...) descubrimos solo rastros de actos incidentales de empatia em los que ejerció su influencia la mente sin guía”. (ANKERSMIT, 2004, p. 162)

Se a linguagem nos conduziria a uma concepção indutiva do referente o empírico se torna desnecessário nesta conexão. Isto devido, a imensa quantidade de singularidades subjetivas características do próprio sujeito, que acompanham a ordenação geral dos fatos, dentro da narrativa histórica. Dessa forma, Ankersmit observa uma assimetria entre enunciado e referente mediante a subjetividade do sujeito. Dessa forma, a cada vez que se aborde um objeto a partir de singularidade e subjetividades de interpretação, cria-se algo novo e diferente através da narração, enquanto culminância do conhecimento histórico. O que desejamos conhecer da coisa não é mesmo que a coisa em si.

Quando o historiador constrói uma representação lingüística do passado, este crê que esta é o melhor caminho para a decifração desta realidade sócio-histórica. Quando escrevo minhas considerações sobre as possibilidades científicas do discurso historiográfico, apenas abro mais um parêntese na gama de textos e escritos da teoria da história. Não podemos, e aqui estou em consonância com Ankersmit, ter a pretensiosa ambição de postularmos uma verdade absoluta, antes sim, abrir uma nova possibilidade de compreensão dos limites da história operada a partir da linguagem enquanto manifestação do pensamento. Segundo F. R. Ankersmit:

La narración consiste en declaraciones. Cuando analizamos los méritos de una narración histórica, lo hacemos usando otras declaraciones cuyos términos – sujeto se refieren a la narración en consecuencia es de la narración histórica, pero nunca hace su aparición en las declaraciones que se emplean. Las declaraciones (de una narración) no forman parte de declaraciones. Desde este punto de vista, las narraciones históricas son similares a las cosas extralingüísticas que conocemos en nuestra cotidianidad, como sillas o casas. Si hablamos de una silla o una casa, aparecerán en nuestro lenguaje las palabras con que denotamos a estas cosas, pero nunca las cosas mismas. (ANKERSMIT, 2004, p. 179)

Até o presente momento, buscamos interpretar essa leitura narrativista da história sob o discurso desta pós-modernidade que aponta claramente para uma crise dos paradigmas explicativos do discurso histórico. Teria a história se perdido no emaranhado de interpretação

proposta do objeto em si? Até que ponto postula-se uma verdade explícita no discurso histórico, e se tal, até que ponto podemos atribuir valor ao conhecimento histórico e suas reais possibilidades?

Acreditamos que o discurso pós-moderno nos fez repensar algumas premissas em relação à narrativa histórica, principalmente apontando para os limites da linguagem na construção do discurso e a própria concepção de ciências proposta pelo século XIX que, em muitas outras disciplinas já foi reformulado, e ainda encontra uma grande resistência por parte de alguns historiadores. Contudo, este é apenas mais uma forma discursiva de se compreender a história enquanto objeto, e jamais um cânone ou verdade absoluta, levando a história para o cemitério ou ostracismo. Aceitamos, ainda, como válido o discurso histórico e diferentemente de Ankersmit, acreditamos numa possibilidade cognoscível para o conhecimento histórico, respeitando os limites epistemológicos historiográficos impostos pela linguagem na construção narrativista do fenômeno ou fato. Aliás, é válido também como provocação, obrigando historiadores e a própria história a repensar seus paradigmas, reformulando-os e obrigando-a a avançar de seu cômodo posto de rainha das ciências ditas humanas.

Por este caminho nos apoiamos em Durval Muniz de Albuquerque, em sua obra “História: a arte de inventar o passado” que nos aponta para a direção de um conceito em voga hoje entre os historiadores de diversas vertentes. Esse seria a idéia de “invenção”. Porém, uma invenção pensada a partir de dois pólos distintos e, portanto interpretado de maneiras diferentes.

Durval Muniz, ao polarizar a história, concebe duas maneiras de interpretação de um dado enunciado que se opõem. A primeira, nós historiadores herdamos do empirismo e cientificismo metódico do século XIX, pautando-se por uma objetividade e concretude do fato histórico, se apoiando em modelos totalizantes e ordenados, procura-se um sentido para o conhecimento histórico, o fato ou fenômeno se imbui, a partir de então, de um realismo pensado *a priori* e tido como natural. O segundo se apoiaria em conceitos emprestados por disciplinas irmãs como a antropologia, a psicanálise e, porque não, a lingüística e a literatura. Entende-se o fato não como a coisa em si, mas sim, de que maneira o imaginário social se incumbe de representar essa coisa, a partir de um determinado discurso. O objeto não está dado, antes sim, é construído e reconstruído a partir da subjetividade e intencionalidade do próprio sujeito; aqui, muito mais político do que antes. O decifrador dos códigos assume, nessa história revisada, uma postura de arquiteto do objeto construído sempre a partir da linguagem e de um ponto de vista cultural.

Dessa oposição epistemológica, a “invenção” seria o conceito da vez. Durval Muniz entende que no primeiro caso, o conceito de invenção é concebido a partir da idéia de descobrir algo novo e único, algo que estaria velado, escondido nos arquivos e documentos a espera do historiador que lhe traria a lume. O objeto preexiste e aguarda o trabalho do historiador que tem como incumbência revelá-lo. No segundo caso, a idéia de invenção perpassa pela construção discursiva de uma dada narrativa. Neste caso o historiador “inventaria” seu objeto mediante a representação do mesmo segundo Durval Muniz:

Estariamos diante, portanto, de duas posturas epistemológicas, uma que chamaria atenção para o papel do discurso da narrativa no processo de invenção dos objetos históricos, e uma outra que toma o objeto como algo que preexiste ao discurso, como algo que, estando oculto seria revelado ou espelhado pelo discurso do historiador. (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 21-22)

Para o autor, a possibilidade da história enquanto conhecimento cognoscível, se pautaria na não vinculação por parte do sujeito, em nenhuma das duas propostas supracitadas. Este deveria encontrar uma terceira via, que beberia das duas fontes. Mas qual seria essa terceira via? Segundo Durval Muniz, seria o ponto de inserção entre as duas propostas, uma mediação entre a natureza da coisa em si e sua dimensão simbólica, subjetiva e cultural. O conhecimento estaria na possibilidade de relação entre o que flui com o que se cristaliza. O dever histórico é pensado como o deslizar da história no tempo e sua materialização nos espaços. Essa terceira via se conectaria tanto à cultura, quanto à natureza da coisa em si, pois a história não se escreve sozinha, há a necessidade da mão do sujeito que a produz e esse se utiliza da ferramenta que lhe compete como: conceitos, métodos e documentos.

Talvez possamos sair dessa necessidade de nos filarmos de um lado ou de outro destes pretensos paradigmas rivais se, inspirados nas Primeiras estórias de Guimarães Rosa, buscarmos pensar a possibilidade de uma terceira margem, uma margem onde as duas anteriores, fruto das atividades de purificação, de recionalização, de construção humana e social de objetos e de sujeitos como entidades separadas vêm se encontrar, vêm se misturar no fluxo, no turbilhar das ações e práticas humanas (...) O fato, o evento não pode ser reduzido nem somente à irrupção real de uma ação, de uma prática sem sentido, sem significado, incômodo sensível que nada significa, nem somente à sua barroca e grandiloquência narrativa (...) Nenhum ser humano suporta o real se não trabalhá-lo simbolicamente, se não aplacar sua estranheza através da dotação de sentido e de significado, se não se tornar a coisa, a natureza, em algo cultural. (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 26-27)

Carlo Ginzburg em sua obra “Relação de força: história, retórica e prova”, avança ainda mais neste embate entre as duas tradições epistemológicas citadas. Em suas

considerações, o autor observa uma intriga política que se faz característica e cotidiana em nossa contemporaneidade: o etnocentrismo. Para ele, a raiz do embate estaria na aceitação ou não aceitação, da premissa multicultural que se impõe em todos os âmbitos de nosso cotidiano, inclusive o historiográfico.

Ginzburg, esmiuçando a obra de Nietzsche, estabelece uma relação de força na tradição retórica da escritura da história. Essa tradição retórica herdada pelos historiadores modernos, se valeria da ambivalência, que durante os dois últimos séculos caíra em desuso, retórica e prova. A prova, neste caso, se valeria de presenças e ausências, visto que, como já foi mencionado anteriormente, na escrita da história a ausência nos revela tanto quanto uma presença. Aqui também, o autor entende a retórica no campo da verossimilhança e do provável se afastando de um real verdadeiro.

O historiador deve se atentar para o fato de uma construção representativa do real passado, que perpassa pelas fontes e estas se orientam intrinsecamente pelas relações das forças existentes que as condicionam; e a parcialidade e seletividade que as concebem enquanto tal. Contudo, estas implicam construções discursivas de uma dada realidade carregadas de valores, idéias e signos que lhe garantem um grau de historicidade. Dessa forma, a construção da narrativa não é pensada enquanto opositora das fontes, antes sim, o desejo da pesquisa que se faz necessário para a elaboração da trama, tornando o conhecimento histórico possível. Assim sendo, tanto para Ginzburg quanto para Walter Benjamin “(...) é preciso aprender a ler os testemunhos às avessas contra as intenções de quem os produziu. Só dessa maneira será possível levar em conta tanto as relações de força quanto aquilo que é irreduzível a elas”. (GINZBURG, 2002, p. 43)

Chegamos então, num momento importante do presente trabalho. Até esse ponto, depois de fazermos um pequeno levantamento de uma leitura pós-estrutural, propomos somente apontamentos da possibilidade de um conhecimento cognoscível provindo da história. Com Michel de Certeau em sua obra “A Escrita da História” essa operação historiográfica toma um corpo mais consistente.

Para o autor, o historiador fala de um lugar determinado e deste, orchestra questões globais encarando a história enquanto operação, a partir da relação entre um lugar, procedimentos de interpretação e construção da narrativa. A história é parte de uma dada realidade que pode ser apropriada enquanto atividade humana e enquanto prática.

Dessa forma, toda pesquisa histórica tem um lugar de produção, há determinações e imposições e é em função disso que se instauram métodos que organizam documentos e

hipóteses. Funcionando mediante permissões e interdições, o “não dito” toma vulto. Toda interpretação dependeria de um sistema de referência, uma filosofia implícita, particular à subjetividade do autor e diante desta, recorta-se, seleciona-se, defini-se os códigos de seu deciframento e a ordem da exposição. Portanto, o historiador se utilizaria de signos de língua ou *shifter*, tomando de empréstimo o termo utilizado por Barthes, que apontariam para a construção de uma “instituição histórica”, relacionando o nascimento da disciplina e a criação de grupos. Uma linguagem própria e código estabelecidos, cujo os quais outros comungam, remetendo há um verossímil enunciativo. O historiador enuncia uma operação situando um conjunto de práticas, compartilhando com seus contemporâneos, identifica-se os vazios, preenche-se lacunas, comparando-os de maneira que se crie algo de valor. Então liga-se a um conjunto coletivo de produção de forma que o método estabeleça o comportamento institucional. Dessa forma, para Certeau, a produção não é autônoma, antes sim, por meios que, proximidades sociais ou políticas, proporcionam a este ou aquele estudo.

A história é também prática e relaciona-se com técnicas. É nesta fronteira entre o dado e o criado que ocorre o embate apontado por Durval Muniz de Albuquerque Jr., entre a natureza e a cultura, que se passa a pesquisa. Para Certeau, os objetos historiográficos são culturais e, portanto, é preciso saber como abordar esses documentos, para que se faça deles, história. O historiador transforma secundariamente os documentos, transformando-os em algo novo, como a costureira que transforma um amontoado de retalhos em uma colcha. Ele separa, reúne, transforma documentos, isola um corpo e desfigura para reconstruí-lo depois, como peças que preenche lacunas de um conjunto. A história não partiria de raridades para chegar a uma síntese das fontes, mas sim, uma ordenação formal, sem querer ser redundante, dos indícios, pistas e fronteiras de silêncio. O historiador atuaria nesses limites que margeiam uma terceira possibilidade. Contudo, reconhece-se limites, pois já não possui um caráter totalizante nem se busca um sentido, antes sim, se submete a experimentação crítica dos modelos sociológicos, econômicos, culturais entre outros. Além do mais, acolhe-se estas críticas, pois apresenta três níveis conexos à prática da história; um devir no sentido do real que desliza no fluxo do tempo, a singularidade do sujeito como o limite do pensável e a composição no presente de uma figuração do passado.

Para Certeau, a escrita só é histórica quando articulada com um lugar social da operação científica e quando, institucional e tecnicamente está ligada ao que Certeau chama de “prática do desvio”, com relação aos modelos culturais ou teóricos contemporâneos. É

necessário que haja um corpo social e uma instituição de saber, de maneira que exista aí, o espaço de figuração; a representação.

O historiador é pensado enquanto servo da escrita, e esta prescreve como início aquilo que é o ponto de chegada. O texto se apresenta como uma arquitetura estável de elementos, regras e conceitos, que são dinâmicos. Cria-se temporalidades e as manipula, recorta-a em períodos, remete ao tempo do destinatário, criando lugares e não lugares. A escrita da história se interpõe entre a narrativa de ficção e o discurso lógico. Utiliza-se de referências, citações, notas explicativas, que, juntamente com outros signos causam o “efeito do real”, dando-lhe credibilidade e validade, realizando uma operação muito mais interpretativa do que explicativa. Nos dizeres de Michel de Certeau:

Não é surpreendente que esteja em jogo, aqui, algo diferente do destino ou das possibilidades de uma “ciência objetiva”. Na medida em que nossa relação com a linguagem é sempre uma relação com a morte, o discurso histórico é a representação privilegiada de uma “ciência do sujeito” e do sujeito “tomado numa divisão constituinte” – mas com a representação das relações que um corpo social mantém com a sua linguagem. (CERTEAU, 2002, p. 109)

Paul Ricouer, em “Tempo e Narrativa” apresenta uma inovação semântica ao propor uma hermenêutica da narrativa enquanto metáfora, concebendo-a enquanto intriga sintetizada a partir de um sem número de outras fontes heterogêneas entre si, aproximando a narrativa da metáfora. A narrativa aqui tem uma função mimética, aplicada à metáfora do agir humano temporalmente fluído.

Ricouer admite o limite da linguagem na construção do discurso histórico e a incapacidade deste de produzir uma verdade objetiva, pois a enunciação perpassa pela subjetividade do enunciador. Contudo, essa subjetividade deve ser controlada, submetido a um fazer da história; um método que lhe garanta um determinado grau de pragmatismo e controle da escrita. A subjetividade aqui é entendida como aquela que convém à objetividade da história. Então, o que garantiria esse grau de conveniência à subjetividade do sujeito na construção narrativista do objeto? Necessariamente, a subjetividade se apresentaria com maior vigor no texto ao se definir, recortar, separar e qualificar as fontes e a definição de um caminho, um método que o historiador considere mais adequado para se revelar o objeto. É também pela consolidação deste método, que consideramos a possibilidade cognoscível do conhecimento histórico, que se manifesta mediante o controle e ordenação da escrita. Seja pelo materialismo histórico de Marx, o paradigma indiciário de Ginzburg, a descrição densa de Gurtz ou o método da montagem de Walter Benjamin, a escrita da história seria

necessariamente controlado pelo método proposto pela subjetividade do historiador. Segundo Paul Ricoeur: “(...) é o julgamento de importância que pela eliminação do acessório, cria a continuidade: é o vivido que é descosido, lacerado pela significância; e a narrativa que se mostra encadeada, carregada de significância graças à continuidade”. (RICOUER, 1968, p. 29)

Ainda para Ricoeur, o tempo da narrativa é uma variante entre o tempo do sujeito e o tempo de seu referente; uma terceira via que se investe de sentido pelos signos da linguagem no anunciado. Signos esses, que têm como função criar estratégias de aceleração e retardamento do tempo, atribuindo-lhe um caráter verossímil necessário na elaboração da intriga. E, dessa forma, presa às regras do jogo, Ricoeur atribui à escrita da história, uma menor quantidade de informações do que a ficção pois,

“algumas limitações (...) fazem com que as diversas durações consideradas pelos historiadores obedeçam as leis de encastramento que, a despeito de diferenças qualitativas inegáveis, relativas ao ritmo ao tempo dos acontecimentos, tornam essas durações e as velocidades que lhes correspondem fortemente homogêneas”. (RICOUER, 1995, p. 283)

Neste pequeno trabalho, procuramos conduzir uma relevante discussão em torno das possibilidades e limites do conhecimento histórico, nesta conturbada virada do século XX para o século XXI. Influenciado pelo dilema da crise dos paradigmas explicativos da história, procuramos num primeiro momento, discutir sobre as possibilidades da linguagem, enquanto arquiteto do conhecimento histórico, de representar um fato ou fenômeno do passado como culminância de um projeto de pesquisa e de que maneira o recurso mimético é utilizado na construção do signo de língua, sob os auspícios de Saussure e Aristóteles e a conotação negativa deste recurso, na leitura pós-moderna de alguns autores que negam a capacidade cognoscível do conhecimento histórico. Esses apontam em direção de um verossímil fluído no tempo, que incapacitaria a narrativa histórica de enunciar uma verdade estabelecida, portanto, perderia seu caráter científico.

A subjetividade do sujeito no arquitetar de uma intriga, seria o elemento desconectante que desvincularia a história, da idéia de ciências. Contudo, essa mesma subjetividade, se submetida a um método, se tornaria então, de extrema relevância para o conhecimento histórico. Esse por sua vez se apresentaria como uma terceira opção entre o passado do referente e o presente do sujeito. Opção essa que se submeteria a um lugar de fala, a um fazer como e uma instituição que compartilha seus códigos, símbolos e signos com seus

semelhantes, lhe atribuindo um valor representativo e uma roupagem única e individual do próprio passado enquanto referente.

Desta forma, acredito eu, que o conhecimento histórico perpassado pela construção narrativista do fato ou fenômeno é sim possível desde que resguarde-se os próprios limites da história enquanto produção textual. Os debates estão muito bem delimitados, o discurso pós-moderno e a crise dos paradigmas historiográficos é o resultado de uma profunda revisão do fazer histórico e não temos que encara-lo como algo negativo e sim como o anunciar de uma nova alvorada para os paradigmas da história, ampliando nosso conhecimento a respeito de seus limites e possibilidades.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história.** Bauru: Edusc, 2007.

ANKERSMIT, F. R. **História y Tropologia. Ascenso y caída de la metáfora.** México: FCE, 2004.

ARISTÓTELES. **Poética.** São Paulo: Abril Cultural, 1973.

BARTHES, Roland. **O Rumor da Língua.** São Paulo: Martins Fontes, 2004.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense – Universitária, 2002.

GINZBURG, Carlo. **Relações de Força: história, retórica e prova.** São Paulo: CIA das Letras, 2002.

LALANDE, André. **Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

RICOUER, Paul. **História e Verdade**. Rio de Janeiro: CIA Editora Forense, 1968.

_____. **Tempo e Narrativa**. tomo II, Campinas: Papirus, 1995.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Lingüística Geral**. São Paulo: Cultrix, 1972.

WHITE, Hayden. **Enredo e Verdade na Escrita da História**. In: A história escrita: teoria e história da historiografia / org. Jurandir Malerba. __ São Paulo: Contexto, 2006.